

Terça-Feira, 23 de Junho de 2026

Volta ao armário, solidão, abandono: os desafios de envelhecer sendo LGBTQ+ no Brasil

BARREIRAS DA TERCEIRA IDADE

g1

A vida da população LGBTQIAPN+ é uma jornada de resistência e luta contra violências e apagamentos que se acentua com o envelhecimento. Além de sofrer com o etarismo, ao chegar à terceira idade, esses "sobreviventes" enfrentam outros desafios: **solidão, abandono, barreiras no acesso à saúde, falta de rede de apoio e até mesmo a volta ao armário.**

Neste ano, o tema da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo, que acontece no próximo dia 22, é justamente este: **“Envelhecer LGBTQ+: Memória, Resistência e Futuro”**. Por isso o **g1** conversou com membros da comunidade sobre os desafios e os medos no processo de envelhecimento.

Casadas há mais de 40 anos, Ana Beatriz Ruppelt, de 69 anos, e Maria Tereza Cebalos Aguilar, de 66, são um exemplo de pessoas da comunidade LGBTQ+ que tiveram a vida atravessada pelo isolamento social, pela dificuldade de empregabilidade e, por consequência, por problemas financeiros.

O casal mora com 18 cachorros, resgatados ao longo dos últimos anos, em uma casa afastada do Centro de Itapevi, município da região metropolitana de São Paulo.



Ana Beatriz e Tereza são casadas há 40 anos e vivem em Itapevi. | Foto: Fábio Tito/g1

Bacharel em direito e consultora jurídica, Ana Beatriz se reconhece como uma mulher trans e lésbica, porém nem sempre foi assim. Ao **g1**, ela contou que desde criança já se identificava com o universo feminino, porém foi criada por uma família conservadora de origem alemã.

"Em 1970, era difícil poder pensar em identidade de gênero. Você era gay ou hétero, você não podia ser outra coisa. Existiam as travestis, a gente tinha amizade e sabia como era dura a vida delas. Demorou muito para eu vir me assumir no meu corpo, eu só me assumi com uns 37 anos. Tive que me envolver com drogas para poder superar, olhar para o meu corpo tomando banho e não ser o corpo que eu desejava", conta.

Quando Ana Beatriz e Tereza se conheceram numa tarde na piscina do Sesc na década de 80, a consultora jurídica ainda não tinha transicionado. "Gostei dele desde o começo, parecia um ganso branco que nem uma neve, o rosto muito lindo [...] Me conquistou, muito inteligente, então foi isso que me fascinou nela", relembra Tereza.

Após descobrirem que eram vizinhas, elas passaram a sair e logo começaram a namorar. Na sequência, vieram o casamento, que já dura 30 anos, três filhos e quatro netos.

Somente aos 36 anos — depois de parar de usar drogas — Ana Beatriz reuniu forças para sair do armário e contou à esposa que se identificava como mulher. Apesar do desejo de modificar o corpo, uma infecção por hepatite C acabou atrapalhando os planos dela.

Durante a transição e até os dias atuais, o isolamento social também se mostrou um dos grandes desafios para a consultora jurídica. Muitos membros da família ainda não respeitam seu nome social e seguem chamando-a pelo nome de registro.

"Um dos problemas maiores é o isolamento por parte dos filhos. Os meninos parecem que têm uma certa transfobia em ver que o pai se transformou numa pessoa diferente", conta Ana Beatriz. Desde a transição, a relação com os filhos se distanciou e, hoje, os encontros são raros.

"Você encontra essa dificuldade entre as pessoas que você tinha relacionamento, elas se afastam totalmente. Em alguns casos, elas bloqueiam seu celular do nada e, quando você encontra e questiona, a pessoa fala que trocou de celular", desabafa.

Segundo Ana Beatriz, outro grande obstáculo é o ingresso no mercado de trabalho. Apesar da formação em direito e de já ter enviado centenas de currículos, ela conta que nunca conseguiu uma chance em um escritório de advocacia.



Casal mora com 18 cachorros resgatados das ruas. | Foto: Fábio Tito/gl

Durante alguns anos, o casal conquistou uma certa autonomia financeira quando foram donas de uma banca de jornal em Santo Amaro, bairro da Zona Sul de São Paulo. Contudo, um incêndio — que elas acreditam ter sido fruto de um crime de ódio — acabou com o sonho delas, além de ter deixado um prejuízo de mais de R\$ 40 mil.

"[O que mudou com a transição?] uma liberdade, um eu diferente, um eu que eu gostaria de ter tido essa oportunidade com 16 anos e ter vivido todos esses anos esta vida. A única coisa que eu sinto é que talvez eu não tivesse as oportunidades de emprego que eu tive. Eu trabalhei numa divisão de microcomputadores da Sharp, fazendo pesquisa de mercado, batendo nas casas. Talvez as pessoas não me receberiam [como mulher trans] para poder responder os questionários", disse Ana Beatriz Ruppelt

Aposentadas, hoje Ana Beatriz e Tereza tiram forças para lutar a partir do companheirismo e do carinho dos 18 cachorros que trazem "paz de espírito e segurança", segundo a definição delas mesmas. Para o futuro, elas sonham em viajar mais e "morrer juntinhas".

'Decidi que não vou mais ficar no armário'

A fatia da comunidade LGBTQ+ que hoje compõe a terceira idade vem de uma geração que enfrentou uma realidade mais conservadora e violenta com a ditadura militar, a repressão policial, a explosão da Aids, a classificação da homossexualidade como doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Portanto, sair do armário era mais desafiador, como foi o caso da professora aposentada Dora Cudignola, de 72 anos. Atualmente, ela é presidente da ONG Eternamente Sou com sede na capital paulista, que se dedica ao acolhimento e bem-estar da população LGBTQ+ idosa.

A jornada de descoberta da sexualidade de Dora foi gradual. Ela foi casada com um homem por dez anos e teve uma filha. Durante essa fase, a professora relata que, embora o marido fosse carinhoso e um bom pai, ela nunca sentiu prazer sexual.

Segundo ela, naquela época, o tema da homossexualidade feminina era pouco discutido, inclusive as lésbicas eram chamadas de "entendidas".



Dora e Silvia tiveram um relacionamento de 13 anos. | Foto: Arquivo pessoal

Após a separação, Dora teve seu primeiro relacionamento com uma mulher. Apesar de ter sofrido violência doméstica ao longo do namoro, ela reconhece que essa parceira a ajudou a "sair do armário".

Sua grande história de amor começou somente em 2001, quando conheceu a professora de história Silvia no bate-papo do UOL.

"Era uma sexta-feira, que eu nunca esqueço, dia 7 de abril de 2001. Ela entra com o nickname 'Raio de sol', e eu era a 'Deusa'. Nós ficamos até 2 horas da manhã conversando e depois trocamos número do telefone fixo, antigamente não tinha celular", relembra.

O amor entre elas foi instantâneo, porém estavam separadas por mais de 400 km de distância. Silvia morava no município de Guaíra, no interior de São Paulo. Logo no início do relacionamento, ela decidiu se mudar para a capital, onde compraram um apartamento e construíram uma vida juntas durante 13 anos.

O casal trabalhava na mesma escola: Dora era diretora da instituição, enquanto Silvia era a coordenadora. Apesar do relacionamento, elas fingiam ser apenas colegas de trabalho.

Em 2014, o mundo de Dora parou quando a esposa morreu repentinamente devido a um AVC hemorrágico. O velório atraiu uma multidão de alunos, já que Silvia era muito querida na escola. Na despedida final no Cemitério Vila Formosa, Dora finalmente beijou a esposa em público.

"Me recordo que falei 'eu amo você para a vida toda' e a beijei na boca ali. Então ali eu me abri, não tive medo, não tive vergonha, não tive nada. Foi quando eu falei para mim mesma: 'Como eu me arrependo de não ter feito isso junto com ela, nós juntas'. Depois desse dia, eu decidi que não vou mais ficar no armário. Eu vou ser eu, a Dora. Naquele tempo, eu já estava com 60 anos."

Após oito dias do velório e afastada do trabalho, Dora voltou para a escola e teve a grata surpresa de ter sido acolhida pelos professores e alunos que tinham recém descoberto seu relacionamento e sua orientação sexual.

"Eles que me acolheram, me abraçaram, disseram que me amavam e nunca tocaram no assunto. Não teve risinho, me respeitaram da maneira que me respeitavam antes, porque eu sempre eu fui uma pessoa de conversar, de tentar entender os alunos", conta a professora.

A partida de Silvia deixou um vazio em Dora que foi em parte preenchido pela "Eternamente Sou" a partir de 2018. Para ela, o trabalho na ONG foi crucial no processo de luto e a ajudou a não se sentir sozinha.

A organização oferece espaço de acolhimento e escuta com oficinas e atividades culturais, onde os idosos LGBTQ+ se sentem à vontade para compartilhar suas histórias, formando uma verdadeira família.

'Quem vai cuidar de mim na minha velhice?'



Há 30 anos Ailton de Almeida dá a vida a Sissi Girl pelo Centro de SP. | Foto: Bervelin Albuquerque/gl

Aos 55 anos, a drag queen paulistana Sissi Girl tem uma presença vibrante, figurinos extravagantes e uma carreira de mais de três décadas animando festas e eventos. Mas, por trás da maquiagem, do humor e do carisma, Ailton de Almeida que dá a vida à drag tem uma preocupação crescente: o envelhecimento.

Há 30 anos, Ailton começou a carreira artística como transformista, usando o nome Regina, em festas como a "Noite de Hollywood" na extinta e glamourosa boate Corintho — um dos locais mais icônicos da noite gay paulistana nos anos 80.

Já sua primeira vez como drag queen foi em um concurso apresentado por Nany People no Piratininga, no interior do estado. No dia, ela lembra que se apresentou com roupa de paetê, de cor de uva, com uma capa de 5 metros. A partir daí ele adotou o nome Sissi (como era conhecida a imperatriz Elizabeth da Áustria) e passou a trabalhar com hosts em uma casa noturna e depois animando festas.

Nesse meio-tempo, quando não conseguia viver apenas da vida artística, Ailton se formou como técnico em enfermagem e exerceu a profissão por quase 14 anos. Também trabalhou com o marido, o Benê, em um salão

de cabeleireiro por alguns anos. Numa época, chegou a equilibrar as três jornadas de trabalho.

Cabeleireiro, Benê entrou na vida de Ailton em 15 de julho de 1988 e, desde então, os dois nunca mais se separaram. “A gente se olhou, ficou junto, aí dali eu fui morar em frente à casa dele numa vaga e em 7 de setembro a gente já foi morar juntos [no Centro de São Paulo].”

Mais do que marido, Benê — que é dez anos mais velho — é parceiro de vida e de criação. Ailton conta que ele participou da construção da identidade de Sissi Girl e o ajuda nas montações, por exemplo, modelando as perucas.

Hoje, a drag queen já sente o impacto da idade no corpo. “Antigamente eu colocava salto e ficava 6 horas. Fui fazer a coletiva da Parada [LGBT+], fiquei 4 horas de salto, cheguei em casa à tarde, parecia que eu tinha tomado uma surra na panturrilha”, conta. “O seu corpo responde a sua idade, por mais que você tenha sua cabeça diferente.”

Ailton também afirma que a “drag é atemporal” e “não tem idade”, porém o etarismo é “muito grande” no meio e as boates preferem drags “novinhas” para a recepção. Ele acredita que a profissão tem seu prazo de validade.

A longevidade do relacionamento é um pilar de apoio para Ailton, especialmente ao considerar os desafios do envelhecimento e a preocupação em relação à solidão e ao isolamento social.

“Eu penso: ‘Será que meu companheiro ainda vai estar aqui comigo? Será que eu ainda vou estar com ele?’.” Para ele, a solidão é um grande medo da comunidade LGBT+ idosa, em especial em razão da falta de rede de apoio dentro da própria comunidade e também de políticas públicas para este público.

“Quem vai cuidar de mim na velhice? Tenho um amigo para quem eu falo que a gente devia alugar ou comprar um prédio, todo mundo morar no mesmo andar e uma cuidar da outra. Quando uma morrer, vem outra para o apartamento, mais nova, vai cuidando das mais velhas. E assim uma vai cuidando da outra, porque a gente não pensa no futuro.”

Além da solidão, outra preocupação dele é o radicalismo da direita e o retrocesso em direitos e políticas públicas (por exemplo, o acesso à medicação para soropositivos), pois a terceira idade LGBT+ é a mais vulnerável a esses ataques.

“A gente tem que resistir, porque é uma resistência viver todo dia. Com esse extremismo da direita, eu fico preocupado com o nosso futuro, com o que vem para frente, porque nós não temos nada. Nós temos leis, mas não temos nada em Constituição. Então, sim, é um problema. Para mudar, é assim, num piscar de olhos”, alerta.

Sexualidade e acesso à saúde

A professora Jaqueline Gomes de Jesus, doutora em psicologia social e docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), alerta que ainda há pouca discussão sobre o envelhecimento da população LGBT+.

“Muitas vezes se vê a pessoa LGBT como uma adulta, mas não como uma criança ou como um idoso, por várias questões. E isso já traz um problema, tanto do âmbito das políticas públicas, quanto do cuidado com a particularidade de cada um.”

Segundo ela, os idosos LGBT+ partem de uma história de muita resistência e resiliência. Aqueles que sobrevivem, principalmente as pessoas trans e travestis, enfrentam situações de violência, suicídio e adoecimento.

Muitas dessas pessoas “têm que voltar para a casa de familiares pela falta de equipamentos públicos para idosos ou da falta de respeito à identidade de gênero delas”. A psicóloga aponta que algumas trans idosas “praticamente têm que destransicionar, elas não vivem a identidade de gênero delas. Ela é apagada, então isso acelera o processo de adoecimento e morte”.

A invisibilização atinge também a sexualidade: "Um problema da cultura é que geralmente o idoso é visto pela família como aquele que vai cuidar dos netinhos. Imagina para as LGBTQs..." Para Jaqueline, é fundamental reconhecer essa fase da vida: “Precisamos de uma mudança de cultura que vem pela educação, do reconhecimento, da história de vida das pessoas LGBTQs que têm infância, são adultas, precisam se tornar idosas”.

Apesar da existência do Estatuto do Idoso, a professora afirma que ele não é cumprido na prática. “O estatuto estabelece espaços de cuidado para os idosos que não são cumpridos pela política pública. Por quê? A lógica da política pública é a de que a família vai cuidar daquela pessoa.” E completa: “Infelizmente, as pessoas têm uma ilusão muitas vezes de que a família vai cuidar dela, mas os LGBTQs, não”.



Apesar da expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil ser de 35 anos, Ana Beatriz vai completar 70 anos em 8 de dezembro, no Dia da Justiça. | Foto: Fábio Tito/g1

Ela também critica a falta de iniciativa da própria militância, que tem sua parcela de responsabilidade no processo de apagamento dos idosos. “A própria comunidade não tem espaço de socialização dos idosos

LGBTs. [...] A própria comunidade também não vê, não aceita, trata com desdém [os idosos].”

Para o médico geriatra Milton Crenitte, coordenador do ambulatório de sexualidade da geriatria do Hospital das Clínicas da USP, há três grandes **barreiras no acesso ao sistema de saúde** para a terceira idade LGBT+:

* A maior parte dos serviços de saúde está organizada sobre uma **lógica heterocisnormativa**, onde o nome social não é respeitado;

* Muitos profissionais de saúde não estão preparados para lidar com as particularidades de saúde da população LGBT+, e o despreparo se estende a outras áreas, como segurança, limpeza e recepção;

* Em razão de experiências negativas, a população LGBT+ costuma acessar os equipamentos de saúde pela porta de emergência.

Um exemplo comum, segundo Crenitte, é a chamada “síndrome do cotovelo”: quando uma pessoa LGBT+ está numa sala de espera e outros pacientes começam a se acotovelar e a trocar olhares — uma exemplo de homofobia velada.

"Muitas pessoas dessa geração, que hoje tem 60, 70, 80 anos, romperam com as suas famílias biológicas para serem quem são [...] A solidão pode matar. O malefício da solidão é comparado mais ou menos ao malefício de a pessoa fumar mais de quatro, cinco cigarros por dia", disse o médico geriatra Milton Crenitte.

O médico também ressalta que cada grupo dentro da sigla enfrenta desafios específicos durante o envelhecimento, que vão desde a saúde física até o suporte emocional e social.

No caso dos homens gays, o envelhecimento do corpo pode gerar sofrimento mental. Muitos deles lidam com a pressão estética de manter um corpo considerado ideal — musculoso, jovem e dentro de padrões exigentes — o que se torna cada vez mais difícil com o passar dos anos.

Entre as mulheres lésbicas, uma das maiores barreiras está no acesso à saúde preventiva. Segundo dados reunidos por Crenitte, enquanto 80% das mulheres heterossexuais já tinham feito mamografia ao menos uma vez, entre as lésbicas esse número cai para 40%.

O despreparo dos profissionais de saúde para lidar com a sexualidade de mulheres que se relacionam com outras mulheres agrava o problema. Questões como sexo entre duas pessoas com vulva ainda são pouco discutidas ou compreendidas nas consultas médicas.

As pessoas trans e travestis enfrentam os maiores níveis de vulnerabilidade. Para envelhecer com dignidade, elas precisam de políticas que garantam acesso a saúde, moradia, emprego e renda. No entanto, muitos desses direitos básicos ainda são negados ou negligenciados. As taxas de depressão, ansiedade e suicídio continuam altas nesse grupo, especialmente entre os idosos.

Outro ponto levantado por Crenitte é a entrada tardia de pessoas LGBT+ nos serviços de saúde. Muitas só procuram atendimento em situações de urgência, como infecções graves ou crises agudas, por medo de sofrer violência ou constrangimento. Há inúmeros relatos de experiências vexatórias em unidades de saúde.

Para enfrentar esse cenário, Crenitte defende que políticas públicas já existentes, como a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (criada em 2011), sejam efetivamente implementadas. Ele também ressalta a importância de incluir temas ligados à diversidade nos currículos das faculdades de medicina e demais cursos da área da saúde.